Banco Bonsucesso

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do **Banco Bonsucesso S/A**, relativas ao ano de 2016 e seu comparativo em 2015.

O ano de 2016 foi marcado por mais um período de forte recessão da nossa economia, com queda expressiva do PIB pelo segundo ano consecutivo.

A fraca atividade econômica, aliada a uma política de altas taxas de juros ao longo do ano, trouxe uma queda do consumo e fez com que as expectativas inflacionárias convergissem para o centro da meta. Isso abriu caminho para que em 2017 a autoridade monetária promova um ciclo de corte nas taxas de juros, de forma a reaquecer a economia brasileira.

Mesmo nesse cenário adverso o Bonsucesso manteve seus investimentos em infraestrutura e na ampliação do seu portfólio de produtos e serviços.

Construímos nosso Planejamento Estratégico para os próximos anos, estabelecendo nossa nova missão, valores e visão de futuro, além de implantar uma gestão voltada para resultados. Reestruturamos por completo nosso Data Center, reforçamos nossa atuação no segmento de câmbio e ingressamos no mercado de meios de pagamentos, nos preparando para um robusto crescimento em 2017.

Em conexão com todas as atividades estratégicas, iniciamos em 2016 o processo de construção da nossa plataforma digital para ampliar nossa oferta de produtos e serviços, que nos permitirão conquistar novos clientes e novos mercados.

Conseguimos ao final de mais um ano, através de uma política rigorosa de risco de crédito e de controle de custos, um resultado consistente de **R$ 62 milhões.**

Nosso retorno sobre o **Patrimônio Líquido Médio** (ROAE) ficou em **13%.**

O Patrimônio Líquido fechou o exercício em **R$ 490 milhões**. Nossa captação totalizou **R$ 1,37 bilhão** e os nossos ativos totais somaram **R$ 2,1 bilhões.**

Este resultado foi alcançado principalmente pelo crescimento expressivo de nossas receitas de operações com direitos creditórios e de câmbio, pela maior eficiência no controle de nossas despesas operacionais e pela baixa inadimplência das nossas operações de crédito.

Os resultados refletem a qualidade da nossa operação, nossa maior penetração em segmentos geradores de receitas de serviços e nosso comprometimento com resultados. Tudo isso é fruto de uma administração dinâmica, que inova e aprimora constantemente o modelo de negócios da instituição.

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

A DIRETORIA

Belo Horizonte, 23 de março de 2017.

Lucro Líquido R$ 62 milhões

Patrimônio Líquido R$ 490 milhões

Captação Total R$ 1,37 bilhão

Ativos Totais R$ 2,1 bilhões

Ratings

Fitch Ratings — BBB (bra) | Foreign Currency: B+

Moody's — Ba1.br (br) | Foreign Currency: B2

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

	Nota	2016	2015 (Reapresentado nota 3)
ATIVO			
CIRCULANTE		**790.787**	**773.826**
DISPONIBILIDADES		42.181	27.423
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	136.472	162.377
Aplicações no mercado aberto		57.020	162.377
Aplicações em depósitos interfinanceiros		79.452	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	232.782	192.550
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		365	853
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7	211.787	273.193
Operações de crédito setor privado		202.227	254.777
Operações de crédito vinculadas a cessão		23.766	43.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.206)	(24.936)
OUTROS CRÉDITOS	8	125.422	107.742
OUTROS VALORES E BENS	9	41.778	9.688
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**972.486**	**1.058.761**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	3.810	104.930
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.810	104.930
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	797.111	746.287
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7	77.892	110.082
Operações de crédito setor privado		83.585	100.509
Operações de crédito vinculadas a cessão		6.911	29.062
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(12.604)	(19.489)
OUTROS CRÉDITOS	8	91.652	94.457
OUTROS VALORES E BENS	9	2.021	3.005
PERMANENTE		**338.713**	**304.471**
INVESTIMENTOS		316.039	286.955
Participação em controladas e coligada	10	314.819	285.914
Outros investimentos		1.220	1.041
IMOBILIZADO DE USO		21.004	16.818
Outras imobilizações de uso		27.179	22.113
Depreciação acumulada		(6.175)	(5.295)
INTANGÍVEL		1.670	698
TOTAL DO ATIVO		**2.101.986**	**2.137.058**

	Nota	2016	2015 (Reapresentado nota 3)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		**661.811**	**775.750**
DEPÓSITOS		367.200	537.943
Depósitos à vista		34.745	11.031
Depósitos interfinanceiros	11	81.327	114.638
Depósitos a prazo	11	251.005	412.125
Outros depósitos		123	149
CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO		102.571	22.802
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	12	13.022	23.167
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		20.195	1.985
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		4.658	
Empréstimos no exterior		4.658	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		77	
OUTRAS OBRIGAÇÕES		154.088	189.853
Cobranças e arrecadação de tributos e assemelhados		604	745
Carteira de câmbio	13(a)	63.635	62.967
Fiscais e previdenciárias	13(b)	5.907	4.179
Negociação e intermediação de valores		9.608	1.356
Dívidas subordinadas	13(c)	2.936	4.330
Diversas	13(d)	71.398	116.276
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**950.441**	**902.803**
DEPÓSITOS		628.738	471.899
Depósitos interfinanceiros	11	56.222	82.498
Depósitos a prazo	11	572.516	389.401
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	12	18.091	7.139
OUTRAS OBRIGAÇÕES		303.612	423.765
Fiscais e previdenciárias	13(b)	1.599	43
Dívidas subordinadas	13(c)	200.459	290.455
Diversas	13(d)	101.554	133.267
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		**22**	**30**
Rendas antecipadas		22	30
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**489.712**	**458.475**
Capital social - de domiciliados no país	14(a)	300.000	300.000
Reservas de lucros	14(b)	189.924	158.423
Ajuste a valor de mercado - TVM		(212)	52
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.101.986**	**2.137.058**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Ajuste a valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**300.000**	**26.681**	**53.092**	**(539)**		**379.234**
Ajuste a valor de mercado - TVM				591		591
Lucro líquido ajustado do exercício					127.550	127.550
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas		6.378	102.572		(108.950)	
Juros sobre o capital próprio					(18.600)	(18.600)
Dividendos			(30.300)			(30.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado nota 3)	**300.000**	**33.059**	**125.364**	**52**		**458.475**
Ajuste a valor de mercado - TVM				(264)		(264)
Lucro líquido do exercício					61.761	61.761
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas		3.088	31.013		(34.101)	
Juros sobre o capital próprio					(18.000)	(18.000)
Dividendos			(2.600)		(9.660)	(12.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**300.000**	**36.147**	**153.777**	**(212)**		**489.712**
Saldo em 30 de junho de 2016	**300.000**	**33.059**	**122.764**	**(291)**	**26.830**	**482.362**
Ajuste a valor de mercado - TVM				79		79
Lucro líquido do semestre					32.931	32.931
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas		3.088	31.013		(34.101)	
Juros sobre o capital próprio					(18.000)	(18.000)
Dividendos					(7.660)	(7.660)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**300.000**	**36.147**	**153.777**	**(212)**		**489.712**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Segundo Semestre 2016	2016	Exercícios 2015 (Reapresentado nota 3)
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**188.743**	**372.259**	**800.980**
Operações de crédito	16	37.258	83.142	168.356
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	17	109.826	174.051	268.535
Resultado de operações de câmbio		30.046	45.649	20.804
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7(b)	11.613	69.417	343.285
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(95.932)**	**(178.711)**	**(345.345)**
Operações de captação no mercado	18	(94.208)	(175.968)	(199.872)
Operações de empréstimos e repasses		(405)	(410)	(83)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	19	(3.103)	(8.254)	(128.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.784	5.921	(17.137)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**92.811**	**193.548**	**455.635**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(64.533)**	**(112.096)**	**(332.882)**
Receitas de prestação de serviços		2.266	6.198	22.452
Despesas de pessoal	20	(22.423)	(39.803)	(40.416)
Outras despesas administrativas	21	(65.732)	(146.334)	(314.144)
Despesas tributárias	22	(7.041)	(16.401)	(28.598)
Outras receitas operacionais	23	47.027	129.275	235.657
Outras despesas operacionais	23	(32.456)	(53.987)	(223.330)
Resultado de participações em coligada e controladas	10	13.826	8.956	15.497
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**28.278**	**81.452**	**122.753**
Imposto de renda	15(d)	2.134	(12.303)	3.237
Contribuição social	15(d)	2.519	(7.388)	1.560
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		**32.931**	**61.761**	**127.550**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$		**548,85**	**1.029,35**	**2.125,83**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

Preparada pelo método indireto	Segundo Semestre 2016	2016	Exercícios 2015 (Reapresentado nota 3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido	**32.931**	**61.761**	**127.550**
Ajustes ao lucro líquido	**(61.724)**	**(100.479)**	**8.772**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.784)	(5.921)	17.137
Variação cambial	(30.649)	(91.131)	83.677
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de *hedge*	(13.653)	(9.009)	6.731
Constituição de provisão para contingências	(7.704)	(3.963)	19.468
Depreciação e amortização	940	1.653	1.207
Resultado de participação em controlada	(13.826)	(8.956)	(15.497)
Provisão para perda em títulos e valores mobiliários	628	628	
Ganhos / perdas de capital liquidas			83
Ganho investimento em coligada			(100.000)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.324	16.220	(4.034)
Lucro líquido ajustado	**(28.793)**	**(38.718)**	**136.322**
Variações no capital circulante			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.969)	21.669	(37.909)
Títulos e valores mobiliários	(162.320)	(158.039)	(215.827)
Operações de crédito	(46.776)	98.495	1.123.641
Outros créditos	253.536	(30.074)	139.850
Outros valores e bens	(2.417)	(31.106)	48.417
Depósitos	102.035	(13.905)	(414.554)
Captações no mercado aberto	91.044	79.770	22.802
Recursos de aceites e emissões de títulos	6.996	808	(66.761)
Redução de obrigações por empréstimos e repasses	4.658	4.658	(1.863)
Relações interfinanceiras e interdependências	15.335	18.698	1.872
Instrumentos financeiros derivativos	25.382	76.554	(78.343)
Outras obrigações	(317.898)	(86.820)	(556.151)
Resultado de exercícios futuros	6	(8)	(1.044)
Caixa gerado nas operações	**(64.181)**	**(58.018)**	**100.452**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.112)	(8.436)	(438)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(67.293)**	**(66.454)**	**100.014**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de investimento		1	
Alienação de imobilizado de uso	327	463	1.373
Aquisição de imobilizado de uso	(4.805)	(6.020)	(1.242)
Aquisição de investimentos	(180)	(180)	
Alienação de intangível			21
Aquisição de intangível	(899)	(1.254)	(776)
Alienação de participações societárias		29	
Aquisição de participações societárias			(2)
Aumento de capital em coligada	(20.000)	(20.000)	
Dividendos recebidos			10.656
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(25.557)**	**(26.961)**	**10.030**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(25.660)	(30.260)	(48.900)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(25.660)**	**(30.260)**	**(48.900)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(118.510)**	**(123.675)**	**61.144**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	197.548	189.800	106.940
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	20.163	33.076	21.716
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	99.201	99.201	189.800
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(118.510)**	**(123.675)**	**61.144**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Banco Bonsucesso S.A. ("Banco"), é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de créditos para empresas, no mercado de câmbio e de adquirência, atuando na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito, tendo como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e da dívida subordinada oriunda de emissões de títulos no exterior. As operações da carteira de câmbio vem alcançando volumes mais representativos dentro da Instituição sendo realizadas principalmente nas praças de São Paulo e Belo Horizonte.

A partir de fevereiro de 2015 o crédito consignado passou a ser operado pelo Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., fruto da associação com o Banco Santander Brasil, por meio de sua subsidiária Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., no qual o Bonsucesso detém uma participação societária de 40% do capital social.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva do Banco em 23/02/2017.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social, diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata", ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

• Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e

• Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(f) Operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa e cessão de crédito

(i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro rata" ao resultado do exercício.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco Bonsucesso passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

• Nas operações classificadas como "transferência substancial dos riscos e benefícios" o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

• Nas operações classificadas na categoria "com retenção de riscos e benefícios" o ativo financeiro é contabilizado na rubrica "Operações de crédito vinculadas a cessão" em contrapartida do passivo "Obrigações por operações vinculadas a cessão". As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, registradas em "Rendas de operações de crédito", e em "Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão", respectivamente.

(g) Diferimento de despesas na renegociação de operações cedidas

A Resolução CMN nº 4.036 de 30 de novembro de 2011 facultou às instituições financeiras o diferimento do resultado líquido negativo nas renegociações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012 de operações cedidas até 30 de novembro de 2011. O prazo máximo deste diferimento foi até 31 de dezembro de 2015 ou até o vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. O Banco Bonsucesso adotou esta prática.

(h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referentes às comissões e bônus pagos aos correspondentes bancários até 31 de dezembro de 2014 são controladas por contrato e contabilizadas na rubrica "Outros valores e bens". A apropriação dessa despesa ao resultado é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos na rubrica "Outras despesas administrativas", ou quando os contratos são cedidos, o que ocorrer primeiro.

(i) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(j) Investimentos e imobilizado de uso

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, sendo os demais demonstrados ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, 20% para os sistemas de processamento de dados, 4% e 20% para transporte.

(k) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "*impairment*" no resultado do exercício.

(l) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(m) Resultados de exercícios futuros

Refere-se principalmente às comissões pagas aos correspondentes bancários pelos clientes conforme contratos de operações de crédito. São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica "Rendas antecipadas". A apropriação dessa receita ao resultado é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos na rubrica "Recuperação de comissões pagas".

(n) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015, e 20% a partir de setembro de 2015, permanecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei 13.169/15.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 15%.

(o) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

(p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

• Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

• Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

3 Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015

Em razão de questionamentos sobre a integral aderência contratual e normativa relativos a receitas de prestação de serviços decorrentes da cobrança de tarifas em operações de crédito consignado de competência de exercícios anteriores, a Administração do Banco reapresentou as cifras comparativas das demonstrações financeiras, conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pelo Banco Central do Brasil, conforme segue demonstrado:

Balanço patrimonial

	2015		
	Saldos originais divulgados	Ajustes	Saldos ajustados
Ativo			
Circulante	**773.826**		**773.826**
Realizável a longo prazo	**1.049.029**	**9.732**	**1.058.761**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	104.930		104.930
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	746.287		746.287
Operações de crédito	110.082		110.082
Outros créditos	84.725	9.732	94.457
Outros valores e bens	3.005		3.005
Permanente	**304.471**		**304.471**
Total do ativo	**2.127.326**	**9.732**	**2.137.058**

	2015		
	Saldos originais divulgados	Ajustes	Saldos ajustados
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	**775.750**		**775.750**
Exigível a longo prazo	**878.472**	**24.331**	**902.803**
Depósitos	471.899		471.899
Recursos de aceites e emissão de títulos	7.139		7.139
Outras obrigações	399.434	24.331	423.765
Resultados de exercícios futuros	**30**		**30**
Patrimônio líquido	**473.074**	**(14.599)**	**458.475**
Capital social - de domiciliados no país	300.000		300.000
Reservas de lucros	173.022	(14.599)	158.423
Ajuste a valor de mercado - TVM	52		52
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.127.326**	**9.732**	**2.137.058**

Demonstração do resultado do exercício

	2015		
	Saldos originais divulgados	Ajustes	Saldos ajustados
Resultado bruto da intermediação financeira	**455.635**		**455.635**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(323.038)**	**(9.844)**	**(332.882)**
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	**132.597**	**(9.844)**	**122.753**
Imposto de renda	776	2.461	3.237
Contribuição social	83	1.477	1.560
Lucro líquido do exercício	**133.456**	**(5.906)**	**127.550**
Lucro líquido por lote de mil ações - R$	**2.224,27**	**(98,43)**	**2.125,83**

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	2016	2015
Disponibilidade em moeda nacional	297	557
Disponibilidade em moeda estrangeira	41.884	26.866
Total de disponibilidades	**42.181**	**27.423**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	57.020	162.377
Total	**99.201**	**189.800**

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 2(b).

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016	2015
Operações compromissadas		
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	56.722	25.010
Letras do Tesouro Nacional		130.364
Notas do Tesouro Nacional	298	7.003
Depósitos interfinanceiros		
CDI Olé Bonsucesso Consignado (Nota 26(a))	79.452	98.545
CDI Caixa	2.441	5.334
Aplicações em moedas estrangeiras	1.369	1.051
Total	**140.282**	**267.307**
Circulante	**136.472**	**162.377**
Realizável a longo prazo	**3.810**	**104.930**

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2016	2015
Livres		
Cotas de fundos de investimentos	53.015	27.369
Letras do Tesouro Nacional		49.974
Letras Financeiras do Tesouro	257.800	305.234
Debêntures	11.332	
Ações de companhias abertas		5.175
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior		490
Precatórios	362.148	231.372
Outros direitos creditórios		300
Vinculado a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	102.672	22.897
Instrumentos financeiros derivativos		
Operações de *Swap*	97.704	163.659
Vinculado a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro	135.859	131.173
Certificados de depósitos bancários	8.735	
Total	**1.038.305**	**946.683**
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(8.412)	(7.846)
Total	**1.029.893**	**938.837**
Circulante	**232.782**	**192.550**
Realizável a longo prazo	**797.111**	**746.287**

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

2016								
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	**62.055**		**62.055**	**62.055**				
Cotas de fundos de investimentos (i)	53.015		53.015	53.015				
Ações de companhias fechadas (iii)	9.040		9.040	9.040				
Títulos disponíveis para venda	**507.988**	**(325)**	**507.663**			**8.408**	**11.695**	**487.560**
Letras Financeiras do Tesouro (iv)	497.202	(871)	496.331			8.408	422	487.501
Debêntures	10.786	546	11.332				11.273	59
Títulos mantidos até o vencimento	**370.883**		**370.883**		**98.898**	**71.832**	**148.595**	**51.558**
Certificados de depósitos bancários	8.735		8.735		8.735			
Precatórios (v)	362.148		362.148		90.163	71.832	148.595	51.558
Subtotal de títulos e valores mobiliários	**940.926**	**(325)**	**940.601**	**62.055**	**98.898**	**80.240**	**160.290**	**539.118**
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(8.412)		(8.412)	(8.412)				
Total de títulos e valores mobiliários	**932.514**	**(325)**	**932.189**	**53.643**	**98.898**	**80.240**	**160.290**	**539.118**

2015								
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no: Resultado	Ajuste a mercado refletido no: Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	**42.268**	**(194)**		**42.074**	**42.074**				
Cotas de fundos de investimentos (i)	27.369			27.369	27.369				
Ações de companhias abertas (ii)	5.333	(158)		5.175	5.175				
Ações de companhias fechadas (iii)	9.040			9.040	9.040				
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	526	(36)		490	490				
Títulos disponíveis para venda	**509.199**		**79**	**509.278**		**49.974**		**38.719**	**420.585**
Letras do Tesouro Nacional (iv)	49.979		(5)	49.974		49.974			
Letras Financeiras do Tesouro (iv)	459.220		84	459.304				38.719	420.585
Títulos mantidos até o vencimento	**231.672**			**231.672**		**72.562**	**28.939**	**82.797**	**47.374**
Precatórios (v)	231.372			231.372		72.500	28.701	82.797	47.374
Outros direitos creditórios	300			300		62	238		
Subtotal de títulos e valores mobiliários	**783.139**	**(194)**	**79**	**783.024**	**42.074**	**122.536**	**28.939**	**121.516**	**467.959**
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(7.846)			(7.846)	(7.784)	(62)			
Total de títulos e valores mobiliários	**775.293**	**(194)**	**79**	**775.178**	**34.290**	**122.474**	**28.939**	**121.516**	**467.959**

(i) As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras do BACEN e da CVM.

(ii) As ações de companhias abertas foram marcadas a mercado com base no último valor médio negociado no último dia útil do mês.

(iii) Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 8.412 (2015 – R$ 7.784) e para os certificados de investimentos FINAM em 31 de dezembro de 2015 era R$ 62.

(iv) Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA.

(v) Os precatórios são formalizações de requisições de pagamentos expedidos pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco e são mantidos em carteira até a sua liquidação. O valor presente é calculado com base no preço de aquisição, acrescido dos índices de atualização monetária estabelecidos pelo Superior Tribunal Federal ou Fazenda Pública, conforme o caso.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de *swaps*, futuros e termos, os quais estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e na BM&F-Bovespa. A posição de derivativos a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) pode ser demonstrada como segue:

	2016	2015
ATIVO		
"*Swap*" - diferencial a receber	97.704	163.659
Total a receber	**97.704**	**163.659**
PASSIVO		
Obrigações por venda a termo	77	
Total a pagar	**77**	
Valor líquido	**97.627**	**163.659**

(i) *Swap*

O valor de referência das operações com *swap* está registrado em contas de compensação.

Os *swaps* IPCA x CDI destinam-se a mitigar as exposições ao índice de preços IPCA provenientes das captações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE's com remuneração atrelada a esse índice.

Os *swaps* Dólar x CDI compõem, a estrutura de *hedge* de risco de mercado da captação externa.

2016						
					Diferencial a Receber	
Descrição	Custódia	Faixa de Vencimento	Valor Referência	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Swap Dólar x CDI	CETIP	361 a 1800 dias	104.947	94.253	97.704	3.451

2015						
					Diferencial a Receber	
Descrição	Custódia	Faixa de Vencimento	Valor Referência	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Swap IPCA x CDI	BM&F-Bovespa	Até 90 dias	10.500	2.417	2.629	212
		91 a 360 dias	42.000	5.175	4.218	(957)
			52.500	**7.592**	**6.847**	**(745)**
Swap Dólar x CDI	CETIP	Acima de 1800 dias	128.021	163.138	156.812	(6.326)
Total a receber			**180.521**	**170.730**	**163.659**	**(7.071)**

		2016			2015		
Descrição	Custódia	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Ajuste a Receber							
Swap IPCA	BMF				86.878	86.133	(745)
Swap Dólar	CETIP	202.482	203.395	913	295.324	294.784	(540)
		202.482	**203.395**	**913**	**382.202**	**380.917**	**(1.285)**
Ajuste a Pagar							
Swap CDI	BMF				79.287	79.287	
Swap CDI	CETIP	108.228	105.691	2.537	132.185	137.971	(5.786)
		108.228	**105.691**	**2.537**	**211.472**	**217.258**	**(5.786)**
Total		**94.254**	**97.704**	**3.450**	**170.730**	**163.659**	**(7.071)**

(ii) Termo

2016						
Descrição	Custódia	Faixa de Vencimento	Valor Referência	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Obrigações por venda a termo	CETIP	Até 90 dias	11.698	(77)	(77)	

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco Bonsucesso possuía posições vendidas em termos de euro, dólar canadense, libra esterlina e dólar australiano totalizando 4 contratos. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa dessas moedas.

(iii) Futuros

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco Bonsucesso possuía uma posição vendida de 270 contratos futuros de dólar e 1 contrato de mini dólar futuro. Também possuía uma posição comprada de 65 contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição de operações de câmbio indexadas a essa moeda. O Banco Bonsucesso possuía uma posição comprada de 15 contratos de DI futuro para mitigar exposição de operações indexadas a taxa prefixada. Além disso, há uma posição vendida de 85 contratos em futuro de Ibovespa com o intuito de *hedgear* cotas de fundo de investimento em ações. O resultado líquido positivo destas operações em 2016 foi de R$ 10.851.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco Bonsucesso possuía uma posição vendida de 135 contratos futuros de dólar e 8 contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa de operações de câmbio indexadas a essa moeda. Além disso, o Banco Bonsucesso possuía uma posição comprada de 5 contratos de DI futuro para mitigar exposição passiva de operações indexadas a taxa prefixada. O resultado líquido negativo destas operações em 2015 foi de R$ 1.024.

(iv) Derivativos utilizados como instrumentos de *hedge*

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* de risco de mercado, visando a proteção da variação cambial mais o cupom da captação externa, assim como o objeto de *hedge* estão representados como segue:

					2016
Descrição	**Instrumentos**	**Vencimento**	**Valor de Referência**	**Indexadores e Taxas**	**Valor de Mercado**
Objeto de *Hedge*	Captação Externa	03/11/2020	104.947	Passiva: variação cambial mais cupom	(203.395)
Instrumentos de *Hedge*	*Swaps* de Fluxo de Caixa	03/11/2020	104.947	Ativa: variação cambial mais cupom	203.395
				Passiva: %CDI	(105.691)
				Ativo: variação cambial mais cupom	**203.395**
TOTAL				**Passivo: variação cambial mais cupom**	**(203.395)**
				Líquido: Variação cambial mais cupom	

					2015
Descrição	**Instrumentos**	**Vencimento**	**Valor de Referência**	**Indexadores e Taxas**	**Valor de Mercado**
Objeto de *Hedge*	Captação Externa	03/11/2020	128.021	Passiva: variação cambial mais cupom	(294.785)
Instrumentos de *Hedge*	*Swaps* de Fluxo de Caixa	03/11/2020	128.021	Ativa: variação cambial mais cupom	294.784
				Passiva: %CDI	(137.971)
				Ativo: variação cambial mais cupom	**294.784**
TOTAL				**Passivo: variação cambial mais cupom**	**(294.785)**
				Líquido: Variação cambial mais cupom	**(1)**

Para obtenção do valor de mercado das operações de *swap*, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela BM&F Bovespa, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

7 Operações de crédito e outros créditos

(a) Classificação por produto

	2016	2015
Setor Privado		
Crédito pessoal	43.899	80.526
Crédito pessoal vinculados a cessão	30.677	72.414
Capital de giro	212.522	246.035
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	23.651	27.392
Financiamento em moeda estrangeira	4.658	
Desconto de títulos	1.081	103
Adiantamentos a depositantes	1	
Operações com cartões de crédito		1.230
Total operações de crédito	**316.489**	**427.700**
Créditos a receber com característica de concessão de crédito		96
Devedores por compra de valores e bens	199	675
Total outros créditos (*)	**199**	**771**
Total carteira de crédito	**316.688**	**428.471**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito	(26.810)	(44.425)
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(26.810)**	**(44.425)**
Total	**289.878**	**384.046**
Circulante	**211.986**	**273.964**
Realizável a longo prazo	**77.892**	**110.082**

(*) Para fins de divulgação o saldo de "Créditos a receber com característica de concessão de crédito" e "Devedores por compra de valores e bens", e suas respectivas provisões, são demonstrados nesta nota por terem característica de concessão de crédito.

(b) Cessão de créditos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco para a coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. que na data da cessão totalizava R$ 412.101 (2015 – R$ 2.572.901) e foi recebido o montante de R$ 480.574 (2015 – R$ 2.852.979). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, também foram cedidos contratos baixados para prejuízo no montante de R$ 477.657 a R$ 1,00 cada contrato. Essas cessões geraram um resultado positivo de R$ 69.417 (2015 – R$ 343.285) registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros" e um resultado negativo de R$ 944 (2015 – R$ 96.219) registrado na demonstração do resultado na rubrica "Despesas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros", vide nota 19(ii).

Em 31 de dezembro de 2015, os contratos cedidos com coobrigação até 31 de dezembro de 2011, encontram-se registrados em contas de compensação à valor presente nas taxas das cessões no montante de R$ 23 contabilizado na rubrica "Outras obrigações – Diversas" no Passivo, vide nota 13(d).

(c) Classificação por prazo

	2016	2015
A vencer até 90 dias	134.596	177.150
A vencer de 91 a 180 dias	40.398	46.253
A vencer de 181 a 360 dias	46.077	61.282
A vencer acima de 360 dias	90.496	129.571
Total de parcelas a vencer	**311.567**	**414.256**
Vencidas até 90 dias	3.190	6.357
Vencidas de 91 a 180 dias	1.293	5.338
Vencidas de 181 a 360 dias	566	2.225
Vencidas acima de 360 dias	72	295
Total de parcelas vencidas	**5.121**	**14.215**
Total	**316.688**	**428.471**

(d) Classificação por setor de atividade

	2016	2015
Indústria	9.989	514
Comércio		22
Intermediários financeiros		7
Outros serviços	216.086	246.883
Pessoas físicas	90.613	181.045
Total	**316.688**	**428.471**

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução BACEN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

		2016		2015	
Nível	**%**	**Carteira**	**Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos**	**Carteira**	**Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos**
AA		199		675	
A	0,5	139.180	696	239.020	1.195
B	1	98.887	989	72.497	725
C	3	44.239	1.327	44.493	1.335
D	10	3.346	335	11.452	1.145
E	30	1.237	371	11.179	3.354
F	50	12.524	6.262	11.307	5.654
G	70	818	572	22.768	15.937
H	100	16.258	16.258	15.080	15.080
Total		**316.688**	**26.810**	**428.471**	**44.425**

(f) Classificação por níveis de risco e produto

	2016				2015			
Nível	**Crédito pessoal**	**Capital de giro**	**Outros**	**Total**	**Crédito pessoal**	**Capital de giro**	**Outros**	**Total**
AA			199	199			675	675
A	57.103	77.305	4.772	139.180	127.577	109.995	1.448	239.020
B	1.032	88.827	9.028	98.887	10.581	44.153	17.763	72.497
C	11.389	20.737	12.113	44.239	9.304	28.136	7.053	44.493
D	2.101	28	1.217	3.346	3.402	7.186	864	11.452
E	343	53	841	1.237	408	10.049	722	11.179
F	430	11.189	905	12.524	119	11.188		11.307
G	380	201	237	818	66	22.477	225	22.768
H	1.798	14.182	278	16.258	1.483	12.851	746	15.080
Total	**74.576**	**212.522**	**29.590**	**316.688**	**152.940**	**246.035**	**29.496**	**428.471**

(g) Concentração da carteira

	2016		2015	
	Valor	**% sobre a carteira**	**Valor**	**% sobre a carteira**
10 maiores devedores	123.639	39,04	105.580	24,64
20 maiores devedores seguintes	79.130	24,99	82.235	19,19
50 maiores devedores seguintes	35.364	11,17	66.931	15,62
100 maiores devedores seguintes	11.963	3,78	19.634	4,58
Outros	66.592	21,02	154.091	35,97
Total	**316.688**	**100,00**	**428.471**	**100,00**

(h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo no início do exercício	**44.425**	**94.936**
Constituição / reversão de provisão	(4.899)	16.494
Baixas de créditos para prejuízo	(12.716)	(67.005)
Saldo no fim do exercício	**26.810**	**44.425**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi recuperado o montante de R$ 9.828 (2015 – R$ 2.840) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renegociado um montante de R$ 29.877 (2015 – R$ 23.492) de operações de crédito da carteira do Middle Market, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 26.867 (2015 – R$ 24.465).

8 Outros créditos

	2016	2015
Carteira de câmbio (a)	63.647	61.353
Créditos tributários (nota 15(a))	85.566	101.451
Devedores por depósitos em garantia (i)	20.665	20.382
Baixas sem financeiro (ii)	7.836	7.050
Impostos e contribuições a compensar (iii)	13.755	9.439
Títulos e créditos a receber (iv)	27.045	
Diversos	5.319	11.752
Total	**223.833**	**211.427**
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.759)	(9.228)
Total	**217.074**	**202.199**
Circulante	**125.422**	**107.742**
Realizável a longo prazo	**91.652**	**94.457**

(i) "Devedores por depósitos em garantia" são registrados os depósitos judiciais conforme abaixo:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Contingências tributárias (nota 13b(i))	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias (nota 13d(i))	6.446	8.083	7.884	11.879
Contingências cíveis (nota 13d(i))	12.143	10.436	60.238	60.206
Outras	247	34		
Total	**20.665**	**20.382**	**68.122**	**72.085**

(ii) "Baixas sem financeiro" refere-se a valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados.

(iii) "Impostos e contribuições a compensar" refere-se, substancialmente, a saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar.

(iv) "Títulos e créditos a receber" refere-se, às aquisições de recebíveis oriundos de operações com cartão de crédito e débito dos estabelecimentos comerciais.

(a) Carteira de câmbio

	2016	2015
Câmbio comprado a liquidar	40.503	30.492
Direitos sobre vendas de câmbio	23.144	30.861
Total	**63.647**	**61.353**

9 Outros valores e bens

	2016	2015
Bens não de uso próprio (i)	39.978	7.321
Comissões diferidas (ii)	647	1.979
Despesas antecipadas	3.174	3.393
Total	**43.799**	**12.693**
Circulante	**41.778**	**9.688**
Realizável a longo prazo	**2.021**	**3.005**

(i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

(ii) Referem-se ao diferimento das despesas de comissões e bônus sobre operações de crédito, conforme descrito na nota 2(h).

10 Investimentos em controladas e coligada

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligada:

							2016
	Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	**Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.**	**Bonsucesso Informática Ltda.**	**Bonsucesso Controladoria Ltda.**	**Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos S.A.**	**Pinhel MG Participações Ltda.**	**Total**
Quantidade de quotas ou ações possuídas	139.997.860	8.904.236	999.000	197.500	325.000	1.356.695	
% de participação	40,00	99,80	99,90	98,75	65,00	55,56	
Patrimônio líquido	676.062	27.126	16.507	452	594	2.441	
Lucro (Prejuízo) líquido no exercício	13.580	2.379	1.289	(51)	(126)		
Valor do investimento	270.425	27.072	16.490	446	386		314.819
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	5.433	2.375	1.287	(50)	(89)		8.956

Em outubro de 2016, foi aprovado pelos acionistas do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. o aumento do capital social no montante de R$ 50.000 por meio de aporte em dinheiro dos acionistas na proporção de sua participação, mediante emissão de 28.509.709 ações ordinárias nominativas. Assim, seu capital social passa para R$ 400.000. Esta alteração foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em novembro de 2016.
Em setembro de 2016 houve a transformação da Bonsucesso Asset – Administradora de Recursos Ltda. para sociedade anônima.
Em junho de 2016, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A..
Em abril de 2016, o Banco Bonsucesso S.A. alienou 25.000 quotas do capital social da Bonsucesso Asset – Administradora de Recursos Ltda., reduzindo, assim, sua participação de 70,00% para 65,00%.

							2015
	Banco Bonsucesso Consignado S.A.	**Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.**	**Bonsucesso Informática Ltda.**	**Bonsucesso Controladoria Ltda.**	**Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos Ltda.**	**Pinhel MG Participações Ltda.**	**Total**
Quantidade de quotas ou ações possuídas	139.997.860	8.904.236	999.000	197.500	350.000	1.356.695	
% de participação	40,00	99,80	99,90	98,75	70,00	55,56	
Patrimônio líquido	612.536	24.746	15.218	502	720	2.441	
Lucro líquido no exercício	17.371	2.220	3.324	42	77		
Valor do investimento	245.014	24.697	15.203	496	504		285.914
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	9.866	2.216	3.321	41	53		15.497

Em fevereiro de 2015 foi concluída a associação com o Banco Santander Brasil, por meio de sua subsidiária Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. para atuação no setor de crédito consignado e cartão de crédito consignado através do novo banco, o Banco Bonsucesso Consignado S.A.. Em decorrência da conclusão da operação, foi efetuado um aumento de capital social no Banco Bonsucesso Consignado S.A. mediante a integralização de capital por parte da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. passando a deter 60% de participação e o Banco Bonsucesso S.A. ficando com 40% de participação.

(b) Movimentação dos investimentos – controladas diretas e indiretas:

	Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	**Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.**	**Bonsucesso Informática Ltda.**	**Bonsucesso Controladoria Ltda.**	**Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos S.A.**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2014	**145.801**	**22.481**	**11.882**	**455**	**528**	**181.147**
Equivalência patrimonial	9.866	2.216	3.321	41	53	**15.497**
Aquisição de quotas	2					**2**
Ajuste a valor de mercado - TVM de coligadas	1					**1**
Ganho investimento em coligada	100.000					**100.000**
Ganhos / perdas de capital liquidas					(77)	**(77)**
Dividendos recebidos	(10.656)					**(10.656)**
Em 31 de dezembro de 2015	**245.014**	**24.697**	**15.203**	**496**	**504**	**285.914**
Equivalência patrimonial	5.433	2.375	1.287	(50)	(89)	**8.956**
Alienação de quotas					(29)	**(29)**
Ajuste a valor de mercado - TVM de coligadas	(22)					**(22)**
Aumento de capital	20.000					**20.000**
Em 31 de dezembro de 2016	**270.425**	**27.072**	**16.490**	**446**	**386**	**314.819**

11 Depósitos interfinanceiros e a prazo

	2016					2015				
	Até 3 meses	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Depósitos Interfinanceiros										
Flutuante	20.903	60.424		56.222	**137.549**	39.339	75.299		82.498	**197.136**
Depósitos a prazo (*)										
Pré-fixados	14.078	800	1.963		**16.841**	13.856	10.491	831		**25.178**
Flutuantes	78.233	157.894	531.225	39.328	**806.680**	93.587	294.191	374.753	13.817	**776.348**
	92.311	**158.694**	**533.188**	**39.328**	**823.521**	**107.443**	**304.682**	**375.584**	**13.817**	**801.526**

(*) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de operações com DPGE monta R$ 98.120 (2015 – R$ 227.382).

12 Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são compostos conforme quadro abaixo:

	2016	2015
Letras de crédito imobiliário	30.545	17.023
Letras de crédito do agronegócio		12.356
Letras financeiras	568	927
Total	**31.113**	**30.306**
Circulante	**13.022**	**23.167**
Exigível a longo prazo	**18.091**	**7.139**

13 Outras obrigações

(a) Carteira de câmbio

	2016	2015
Câmbio vendido a liquidar	23.160	30.492
Obrigações por compras de câmbio	40.475	30.928
Obrigações por vendas realizadas		1.547
Total	**63.635**	**62.967**

(b) Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Impostos e contribuições a recolher	5.907	4.160
Provisão para impostos diferidos	1.599	62
Total	**7.506**	**4.222**
Circulante	**5.907**	**4.179**
Exigível a longo prazo	**1.599**	**43**

(c) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional "*Subordinated Notes*", em 03 de novembro de 2010 no montante de US$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente a US$ 120.000 dessa emissão como dívida subordinada, foi homologado pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução 3.444/07 e normas complementares.

O valor restante da emissão, equivalente a US$ 5.000, estava classificado como "Recursos de aceites e emissão de títulos" e foi liquidado em setembro de 2012.

Abaixo as recompras da dívida subordinada autorizadas pelo Banco Central do Brasil:

		US$ Mil
Histórico de recompras da dívida subordinada	**Recompras**	**Saldo**
Principal da dívida		**120.000**
Autorização BACEN em agosto de 2012	**20.000**	
Recompras em:		
2º semestre de 2012	19.251	
1º semestre de 2013	749	
	20.000	**100.000**
Autorização BACEN em julho de 2013	**20.000**	
Recompras em:		
2º semestre de 2013	1.450	
1º semestre de 2014	6.771	
1º semestre de 2015	7.568	
2º semestre de 2015	4.211	
	20.000	**80.000**
Autorização BACEN em maio de 2015	**20.000**	
Recompras em:		
2º semestre de 2015	5.742	
1º semestre de 2016	6.042	
2º semestre de 2016	7.342	
	19.126	**60.874**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as recompras da dívida subordinada geraram um ganho, conforme demonstrado na nota 23.

De modo a eliminar a exposição à variação cambial e à taxa de juros, foram contratados dois *swaps* cuja soma de seus valores referenciais tem o mesmo valor do principal da dívida subordinada, além de terem a mesma taxa de juros e mesmos prazos de vencimento dos cupons semestrais e do principal, vide nota 6(b).

As dívidas subordinadas são compostas como segue:

	Datas de		Saldo em US$		Saldo em R$	
Taxa anual	**Emissão**	**Vencimento**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
9,25%	03/11/2010	03/11/2020	61.766	75.346	203.395	294.785
Circulante			**892**	**1.088**	**2.936**	**4.330**
Exigível a longo prazo			**60.874**	**74.258**	**200.459**	**290.455**

(d) Diversas

	2016	2015
Valores a pagar a sociedades ligadas	4.208	7.061
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	8.152	9.483
Passivos contingentes (i)	68.122	72.085
Provisão para perdas de contratos cedidos com coobrigação (Nota 7 b)	-	23
Parcelas de cessões de crédito a pagar	-	2.511
Prestações recebidas e pendentes de baixa	11.531	15.115
Ordens de pagamento	1.191	3.014
Cartões de Crédito a pagar	-	3.574
Repasses Projeto Minha Casa Minha Vida	2.487	1.824
Obrigações por operações vinculadas a cessão (Nota 2 f)	33.923	90.848
Valores a repassar a estabelecimentos comerciais (ii)	11.833	-
Outros (iii)	31.505	44.005
Total	**172.952**	**249.543**
Circulante	**71.398**	**116.276**
Exigível a longo prazo	**101.554**	**133.267**

(i) A administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão contábil e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 31 de dezembro de 2016 totalizavam R$ 8.546 (2015 – R$ 10.069).

As contingencias cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado e de valores individuais não relevantes. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base do total dos casos ativos. Dessa forma, o Banco não quantifica perdas prováveis para tais ações.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências.

	2016			2015		
	Trabalhistas e previdenciárias	**Cíveis**	**Total**	**Trabalhistas e previdenciárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldo no início do exercício	**11.879**	**60.206**	**72.085**	**9.829**	**43.742**	**53.571**
Movimentação refletida no resultado:						
Constituição	1.447	9.196	10.643	4.423	17.260	21.683
Reversão / baixa	(5.442)	(9.164)	(14.606)	(2.373)	(796)	(3.169)
Saldo no fim do exercício	**7.884**	**60.238**	**68.122**	**11.879**	**60.206**	**72.085**

(ii) Valores a repassar a estabelecimentos comerciais referem-se repasses dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.

(iii) "Outras" refere-se substancialmente aos valores de tarifas a devolver no montante de R$ 24.331 (2015 – R$ 24.331) conforme descrito na nota 3.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital subscrito e integralizado está representado por 60.000 mil ações, sendo 45.000 mil ações ordinárias nominativas e 15.000 mil ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

No exercício de 2016, foram pagos juros sobre capital próprio no montante de R$ 18.000 (2015 - R$ 18.600), correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R$ 15.300 (2015 – R$ 15.810) formalizado em Ata da Reunião da Diretoria. O cálculo teve como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95.

No exercício de 2016, também foram pagos um montante R$ 12.260 (2015 – R$ 30.300) referente a dividendos, sendo R$ 9.660 (2015 – R$ 0) referente a dividendos do exercício e R$ 2.600 (2015 – R$ 30.300) referente a dividendos extraordinários, todos formalizados em Ata da Reunião da Diretoria.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	61.761	127.550
(-) Reserva legal	(3.088)	(6.378)
Base de cálculo	58.673	121.172
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**14.668**	**30.293**
Juros sobre capital próprio (líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF)	15.300	15.810
Dividendos pagos	12.260	30.300
Total	**27.560**	**46.110**

Para atendimento à legislação de Imposto de renda, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado em contrapartida da conta "Despesas financeiras" e, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificado para a conta de "Lucros acumulados".

15 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos créditos tributários (Nota 8) apresentam-se como segue:

	2016	2015
Provisão para perdas em ativos	57.503	88.141
Ajustes ao valor de mercado	3.003	7.917
Passivos contingentes	93.086	96.439
Prejuízo fiscal/Base negativa	60.325	61.131
Base de cálculo	213.917	253.628
Imposto de Renda – 15%	32.088	38.044
Adicional do Imposto de Renda – 10%	21.391	25.363
Contribuição Social – 15%	32.088	38.044
Total	**85.567**	**101.451**
Circulante	**14.580**	**27.394**
Exigível a longo prazo	**70.987**	**74.057**

(b) Movimentação dos créditos tributários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	2016		
	Adições temporárias	**Prejuízos fiscais/Base negativa**	**Total**
Saldo no início do exercício	**76.999**	**24.452**	**101.451**
Constituição	24.166	471	24.637
Utilização	(39.727)	(794)	(40.521)
Saldo no fim do exercício	**61.438**	**24.129**	**85.567**

(c) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Valor contábil	Valor presente
2017	14.580	13.315
2018	19.164	15.984
2019	21.273	16.204
2020	13.051	9.079
2021	5.285	3.358
2022	7.049	4.090
2023	5.165	2.713
Total	**85.567**	**64.743**

O Banco Bonsucesso adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2016 esses créditos estão relacionados principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais. Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Segundo Semestre 2016		2016		Exercícios 2015	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.278	28.278	81.452	81.452	122.753	122.753
Adições (exclusões) líquidas:						
. Juros sobre o capital próprio	(18.000)	(18.000)	(18.000)	(18.000)	(18.600)	(18.600)
. Equivalência patrimonial	(13.826)	(13.826)	(8.956)	(8.956)	(15.497)	(15.497)
. Ganho investimento em coligada					(100.000)	(100.000)
. Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(5.521)	(5.521)	(5.521)	(5.521)		
. Outras, líquidas	1.944	1.908	921	885	944	944
Base de cálculo	**(7.125)**	**(7.161)**	**49.896**	**49.860**	**(10.400)**	**(10.400)**
Alíquota Efetiva	(1.069)	(1.432)	7.484	9.972	(1.560)	(1.560)
Alíquota Adicional	(724)		4.966		(1.040)	
Ajustes CSLL 5% (i)		(761)		(2.258)		
Demais ajustes	(281)	(326)	(87)	(326)		
Incentivo Fiscal	(60)		(60)		(637)	
Despesa (Receita) de imposto de renda e contribuição social	**(2.134)**	**(2.519)**	**12.303**	**7.388**	**(3.237)**	**(1.560)**

(i) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, nota 2(n).

16 Receitas de operações de crédito

	Segundo Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Crédito pessoal	12.877	32.306	114.412
Middle Market	21.179	40.510	50.793
Cartões de crédito		197	311
Financiamento em moeda estrangeira	301	301	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.901	9.828	2.840
Total	**37.258**	**83.142**	**168.356**

17 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

	Segundo Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.617	28.349	45.436
Títulos e valores mobiliários	85.212	165.510	117.937
Instrumentos financeiros derivativos	15.997	(19.808)	105.162
Total	**109.826**	**174.051**	**268.535**

18 Despesas de operações de captação no mercado

	Segundo Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Despesas de títulos emitidos no exterior	24.678	35.562	27.645
Despesas de depósitos a prazo	54.177	109.394	127.781
Despesas de depósitos interfinanceiros	8.805	20.384	29.173
Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos	1.574	3.162	8.782
Outras despesas de captação	4.974	7.466	6.491
Total	**94.208**	**175.968**	**199.872**

19 Despesas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	Segundo Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão (i)	2.830	7.310	25.198
Prejuízos em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (ii)	273	944	96.219
Amortização do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito cedida			6.836
Total	**3.103**	**8.254**	**128.253**

(i) Refere-se a despesas com o reconhecimento pró-rata das obrigações assumidas com cessões de créditos, de acordo com a Resolução 3.533/08 (Nota 2(f)).

(ii) Prejuízos com cessões de créditos sem retenção de risco com a coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. conforme descrito na nota 7(b).

20 Despesa de pessoal

	Segundo Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Honorários	3.369	6.163	4.552
Benefícios	1.761	3.514	3.743
Encargos Sociais	4.244	7.875	8.397
Proventos	12.807	21.736	22.866
Treinamento	87	152	127
Estagiários	155	363	731
Total	**22.423**	**39.803**	**40.416**

21Outras despesas administrativas

	Segundo Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Comissão a correspondente	4.798	32.495	176.292
Consultoria comercial	546	1.472	4.235
Prestação de serviços	36.104	69.928	79.178
Processamento de dados	8.260	16.285	15.798
Comunicação	2.647	6.766	25.213
Aluguel	747	1.718	2.689
Seguros	15	31	85
Depreciação e amortização	940	1.653	1.207
Propaganda e publicidade	860	1.024	1.054
Outros	10.815	14.962	8.393
Total	**65.732**	**146.334**	**314.144**

22 Despesas tributárias

	Segundo Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Despesas tributárias	1.954	4.884	5.779
ISSQN	113	310	1.123
Cofins	4.278	9.640	18.663
PIS	696	1.567	3.033
Total	**7.041**	**16.401**	**28.598**

23 Outras receitas e despesas operacionais

	Segundo Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Outras receitas operacionais			
Recuperação de despesas comerciais	689	1.771	3.114
Recuperação de despesas de provisões operacionais (iv)	5.144	8.842	446
Reversão de provisão para perdas contratos cedidos (i)		23	8.493
Variação monetária e cambial ativa	11.710	60.153	36.568
Ajuste a valor de mercado da captação externa			1.713
Ganho com recompra da dívida subordinada	1.318	5.081	6.792
Rebate de contratos cedidos (ii)	11.808	26.607	38.365
Ganho investimento em coligada			100.000
Outras (iii)	16.358	26.798	40.166
Total	**47.027**	**129.275**	**235.657**
Outras despesas operacionais			
Despesas de provisões operacionais (iv)	5.178	(32)	(20.581)
Variação monetária e cambial passiva	(268)	(834)	(139.956)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(489)	(1.012)	(1.972)
Ajuste a valor de mercado da captação externa	(2.761)	(1.511)	
Perdas com processos trabalhistas	(4.307)	(5.908)	(3.485)
Perdas com processos cíveis	(14.682)	(26.789)	(38.947)
Outras (v)	(15.128)	(17.901)	(18.389)
Total	**(32.457)**	**(53.987)**	**(223.330)**

(i) "Reversão de provisão para perdas contratos cedidos" refere-se à recompra dos contratos cedidos antes da vigência da Resolução CMN 3.533.

(ii) "Rebate de contratos cedidos" refere-se ao valor pago pelo Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., de parte dos contratos recuperados da carteira não elegível, cedida a R$ 1,00 cada contrato.

(iii) "Outras" referem-se substancialmente a reversão e ressarcimento de despesas operacionais.

(iv) "Despesas de provisões operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências cíveis e trabalhistas.

(v) "Outras" referem-se, substancialmente, à regularização de tarifas junto a clientes de operações de crédito consignado, no montante de R$ 6.499 (2015 – R$ 9.844), perdas em cessão de crédito de operações consignadas, no valor de R$ 4.325 (2015 – R$ 3.836), ajustes na carteira de cartão de crédito e variações monetárias no total de R$ 2.375 (2015 – R$ 11) e prejuízo na alienação de bens não de uso próprio de R$ 2.175 (2015 – R$ 1.121).

24 Cobertura de seguros

O Banco possui cobertura de seguros no montante de R$ 30.000, com vigência para o período de 31/01/2016 a 31/01/2017 conforme apólice (31/01/2015 a 31/01/2016 – R$ 40.500), para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

25 Instrumentos financeiros

O Banco avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Banco encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

O Banco possui operações envolvendo instrumentos financeiros buscando eventualmente oportunidade de mercado com operações de tesouraria, mantendo dentro de limites considerados aceitáveis a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

(i) Títulos e valores mobiliários

O Banco possui perfil de investimentos em títulos públicos federais, ações e em certificados de depósitos bancários de empresas e instituições financeiras consideradas de baixo risco pela Administração.

(ii) Operações de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco diversificou sua carteira de crédito com produtos de câmbio e Middle Market. O Banco ainda possui carteira de crédito consignado através da participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado, mantendo política de concessão e monitoramento de crédito.

(iii) Depósitos

As captações ocorrem principalmente através de depósitos a prazo e através das cessões de crédito. As taxas dos depósitos e as necessidades de caixa são monitoradas pela Administração.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Instituição possui operações com instrumentos financeiros derivativos. Vide detalhes na nota 6(b).

26 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e operações mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)		
			Segundo Semestre		Exercícios
	2016	**2015**	**2016**	**2016**	**2015**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**79.452**	**98.545**	**5.542**	**10.425**	**13.545**
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	79.452	98.545	5.542	10.425	13.545
Outros Créditos	**2.022**	**3.265**			
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	2.022	3.260			
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.		5			
Depósitos à vista	**(205)**	**(645)**			
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	(45)	(447)			
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.		(43)			
Bonsucesso Tecnologia Ltda.		(42)			
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	(6)	(11)			
Bonsucesso Informática Ltda.	(7)	(57)			
Bonsucesso Controladoria Ltda.		(1)			
Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos S.A.	(147)	(44)			
Depósito interfinanceiro					**(3.348)**
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.					(3.348)
Depósito a prazo	**(5.259)**	**(20.029)**	**(419)**	**(1.508)**	**(2.279)**
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.		(4.852)		(88)	(470)
Bonsucesso Tecnologia Ltda.		(171)		(28)	(108)
Bonsucesso Informática Ltda.	(4.337)	(13.874)	(352)	(1.250)	(1.555)
Bonsucesso Controladoria Ltda.	(402)	(449)	(26)	(52)	(53)
Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos S.A.	(520)	(683)	(41)	(90)	(93)
Outras obrigações	**(4.208)**	**(7.061)**			
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	(4.090)	(6.869)			
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.		(1)			
Bonsucesso Tecnologia Ltda.	(118)	(191)			
Receita de Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros			**11.613**	**69.417**	**343.285**
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.			11.613	69.417	343.285
Despesa de Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros			**(273)**	**(944)**	**(96.219)**
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.			(273)	(944)	(96.219)
Outras receitas operacionais			**11.808**	**26.607**	**38.365**
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.			11.808	26.607	38.365
Outras despesas administrativas			**(3.514)**	**(7.339)**	**(22.751)**
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.			(189)	(668)	(14.843)
Bonsucesso Tecnologia Ltda.			(294)	(986)	(1.837)
Bonsucesso Informática Ltda.			(3.031)	(5.685)	(6.071)

(i) Os depósitos a prazo e interfinanceiros são pós-fixados e sua remuneração tem como base, em média, a variação do CDI.

(ii) As despesas administrativas com a BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. referem-se principalmente ao pagamento de comissões de 5% sobre as operações de créditos consignados geradas pelo Banco. As despesas com as demais controladas referem-se principalmente ao pagamento pela prestação de serviços de natureza administrativa.

(iii) Em 06 de junho de 2016, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A..

(iv) Em 06 de agosto de 2015, a BSI Informática Ltda. alterou seu objeto social bem como sua denominação social para Bonsucesso Tecnologia Ltda., conforme ato societário de alteração contratual.

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	Segundo Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
Honorário	3.369	6.163	4.552
Encargos sociais	944	1.743	1.326
Total	**4.313**	**7.906**	**5.878**

O Banco Bonsucesso não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

27 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução Nº 4.193/13

A partir de 1º outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução nº 4.192/13 do CMN, que define a metodologia de apuração e a Resolução nº. 4.193/13 do CMN, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	2016	2015
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	**182.435**	**213.180**
(+) Capital Principal (a)	182.435	213.180
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	**120.275**	**151.084**
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	120.275	151.084
(-) Deduções do Nível II		
(=) Patrimônio de Referência Total	**302.710**	**364.264**
Alocação de Capital por Risco		
Risco de Crédito (RWAcpad)	1.204.756	1.310.462
Risco de Mercado (RWAjur+RWAcam+RWAacs+RWAcom)	440.012	364.042
Risco Operacional (RWAopad)	532.698	398.874
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.177.466	2.073.378
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	**215.025**	**228.072**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	219.652	237.084
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	87.686	136.192
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBAN	83.059	127.179
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	51.787	88.777
Margem sobre o Capital Principal Requerido	84.449	119.878
Índice de Basileia - PR	**13,90%**	**17,57%**
Índice do Nível I	**8,38%**	**10,28%**
Índice do Capital Principal	**8,38%**	**10,28%**
Índice de imobilização	**21,75%**	**18,00%**

(a) Conforme definido pela Resolução nº 4.192/2013 do CMN para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em Dezembro de 2015 prevaleceu o valor do saldo da dívida subordinada em 31/12/2012 após aplicação do limitador de 70%, e em Dezembro de 2016 prevaleceu o saldo atual da dívida após aplicação do redutor de 40%.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2016, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 13,90% (2015 – 17,57%), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (Índice Basileia + ACP) de acordo com a Resolução nº 4.193/2013 do CMN. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 8,38% (2015 – 10,28%), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (6,0% e 4,5%).

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R$ 302.710 (2015 – R$ 364.264) contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R$ 215.025 (2015 – R$ 228.072) e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R$ 219.652 (2015 – R$ 237.084), o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAN de R$ 83.059 (2015 – R$ 127.179).

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco Bonsucesso S.A. encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.

28 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de Capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito do Grupo Bonsucesso, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Grupo Bonsucesso.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

As informações relativas ao Gerenciamento de Capital são divulgadas pelo Banco Bonsucesso em seu site em Governança Corporativa na seção "Gerenciamento de Capital" (www.bancobonsucesso.com.br/institucional/governanca-corporativa).

Gerenciamento de Risco

A gestão de riscos do Conglomerado Bonsucesso reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

I - Risco de Mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do grupo Bonsucesso, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (commodities). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela alta administração e monitorados com periodicidade diária.

II - Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de Liquidez - É o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV – Risco Operacional – É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. O Banco Bonsucesso considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional

Em consonância com a Resolução CMN nº. 3.380/06, o Bonsucesso definiu sua política de gerenciamento do risco operacional, na qual as responsabilidades, os procedimentos e a estrutura estão descritos. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que todos os seus colaboradores entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais operacionais relativos a risco operacional.

A partir de dezembro de 2009, o Bonsucesso adotou a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (RWAopad).

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco Operacional são divulgadas pelo Banco Bonsucesso em seu site em Governança Corporativa na seção "Gerenciamento de Risco Operacional" (www.bancobonsucesso.com.br/institucional/governanca-corporativa).

Gerenciamento de Continuidade de Negócios – GCN

O Banco Bonsucesso conta com um centro de processamento de dados alternativo para atender a recuperação e continuidade de seus processos de negócio visando minimizar perdas financeiras para os acionistas e clientes.

A metodologia da gestão da Continuidade de Negócios permite ao Banco Bonsucesso planejar ou responder a incidentes e interrupções de negócios para fazer a continuidade de suas operações em níveis pré-definidos e aceitáveis.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez

Em consonância com a Resolução nº. 3.464/07 e com a Resolução 4.090/12 do Banco Central do Brasil, o Bonsucesso definiu sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a sua carteira de empréstimos consignados, crédito para pequenas e médias empresas (*Middle Market*) e operações de câmbio e sua atuação na Tesouraria.

A estrutura define os órgãos envolvidos e suas respectivas atribuições e responsabilidades, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez do conglomerado financeiro Bonsucesso e o diretor estatutário responsável por cada um dos riscos junto ao Banco Central do Brasil, além de descrever o processo de gerenciamento de risco de mercado e liquidez.

As informações relativas ao Gerenciamento de Riscos de Mercado e Liquidez são divulgadas pelo Banco Bonsucesso em seu site em Governança Corporativa, na seção "Gerenciamento de Risco de Mercado" e na seção "Gerenciamento de Risco de Liquidez" (www.bancobonsucesso.com.br/institucional/governanca-corporativa).

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Em consonância com a Resolução nº. 3.721/09, o Banco Bonsucesso implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco de crédito, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco de Crédito são divulgadas pelo Banco Bonsucesso em seu site em Governança Corporativa, na seção "Gerenciamento de Risco de Crédito" (www.bancobonsucesso.com.br/institucional/governanca-corporativa).

Além disso, também é feita a divulgação do "Relatório de Gerenciamento de Riscos" em seu site em Governança Corporativa, na seção "Relatório de Gerenciamento de Riscos" (www.bancobonsucesso.com.br/institucional/governanca-corporativa) que visa atender a Circular 3.678/13 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

DIRETORIA

Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Diretor Presidente
Gabriel Pentagna Guimarães - Diretor Vice-Presidente
Renata Braga Pentagna Guimarães Martini - Diretora Executiva
Juliana Braga Pentagna Guimarães - Diretora Executiva
Francisco Ferreira Neto - Diretor Executivo
Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior - Diretor Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Flávio Pentagna Guimarães - Presidente
Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Vice-Presidente
Gabriel Pentagna Guimarães - Conselheiro
Heloisa Maria Pentagna Guimarães Henriques - Conselheira
João Cláudio Pentagna Guimarães - Conselheiro
Regina Maria Pentagna Guimarães Salazar - Conselheira

CONTROLADORIA

Sandro Magno Garcia Costa
Contador – CRC-MG-054776/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Bonsucesso S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bonsucesso S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bonsucesso S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Nota explicativa 7) A carteira de crédito do Banco é composta principalmente por operações com empresas de médio porte e por operações de crédito consignado. A mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN no. 2.682/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração do valor de realização das garantias e definição do risco de crédito das contrapartes das operações. O uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa de provisões para crédito de liquidação duvidosa consideravelmente diferente. Considerando a relevância da provisão para crédito de liquidação duvidosa, bem como o exposto anteriormente, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, consideraram o entendimento do processo aplicado no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como realizamos testes sobre: i) integridade da base de dados de operações de crédito ; ii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; iii) aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da PCLD com as normas do Banco Central do Brasil; iv) aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes, bem como da aprovação dos correspondentes níveis de riscos estabelecidos; v) cálculo do valor da provisão; vi) conciliação dos valores calculados de PCLD e os valores contabilizados; e vii) elaboração das notas explicativas. Os resultados dos nossos procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.
Reconhecimento do Crédito tributário (Notas explicativas 8 e 15) O crédito fiscal proveniente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado a medida que a Administração considera que o Banco irá gerar lucro tributável futuro para sua realização. A projeção de lucro tributável, base para o registro dos crédito tributário, é fundamentada em estudo aprovado pela Administração do Banco, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução no. 3.059/02 e posteriores alterações, e inclui diversas premissas de natureza subjetiva definidas pela Administração, aplicadas nas projeções para os próximos 10 anos. Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o reconhecimento do crédito tributário, foi uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, o entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela Administração para a elaboração do estudo de projeção de lucro tributável, bem como o registro do crédito tributário de acordo com os requisitos específicos do Banco Central do Brasil. Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pela Administração. Com base nessa informação realizamos análise de consistência das premissas utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável. Testamos as principais premissas adotadas pela Administração nas projeções de resultados, bem como envolvemos nossos especialistas para análise dos aspectos tributários. Analisamos as informações divulgadas nas notas explicativas. Consideramos que nossos procedimentos de auditoria proporcionaram evidência de auditoria apropriada no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.
Ambiente de tecnologia de informação O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio. Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados. Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco. Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para o resultado de nossa auditoria para as demonstrações financeiras.
Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios (Nota explicativa 6) A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi considerada área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que envolvem premissas da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas emitidas pela União e são classificados como mantidos até o vencimento pelo Banco. O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolvem julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento e definição de metas orçamentárias da União.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, aprovação, registro e divulgação. Adicionalmente, reexecutamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, que consideru: i) reunião com os especialistas da administração para entendimentos da principais premissas e metodologia adotadas; ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os efetivamente realizados ('backtesting"); e iii) analisamos a razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração. Consideramos que nossos procedimentos de auditoria proporcionaram evidência de auditoria apropriada no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de março de 2017

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC: 1SP197007/O-2 "S" MG